

OS NARRADORES AFRICANOS DE JAMES STUART: A CONSTRUÇÃO DO REINO ZULU NOS TESTEMUNHOS DE SOCWATSHA KAPHAPHU E BALEKA KAMPITIKAZI (ÁFRICA DO SUL, DÉCADAS DE 1890-1920)

Evander Ruthieri da Silva  

Universidade Federal da Integração Latino-Americana

No sul da África, o período entre as décadas de 1890 e 1920 foi marcado por transformações sociopolíticas e econômicas derivadas, entre outros aspectos, da intensificação da exploração colonial, da expansão da indústria de mineração de ouro e diamantes, e por uma série de esforços mobilizados pela elite local e pelo colonato branco para controlar a mão de obra negra e as terras ancestrais de comunidades africanas, ao exemplo do endurecimento das legislações de aspecto segregacionista. Nesse contexto, James Stuart (1868-1942), um funcionário civil a serviço da administração colonial em Natal e na Zululândia (atualmente partes da província de KwaZulu-Natal, na África do Sul), registrou por escrito aproximadamente 200 entrevistas realizadas com depoentes falantes de isiZulu. O empreendimento de Stuart, que ocupou cargos no Departamento de Assuntos Nativos da Colônia de Natal, estava embasado na crença de que a elaboração de políticas de tratamento às populações africanas exigia conhecimento circunstanciado de suas instituições sociais, das práticas culturais e de seu passado político.

Embora fizesse parte da burocracia colonial estabelecida no sul da África, James Stuart desenvolveu uma perspectiva crítica às políticas coloniais adotadas no período, considerando-as como responsáveis pela desagregação das sociedades africanas chamadas de “tradicionais”. A solução para o problema implicava uma compreensão mais aprofundada das instituições africanas, sobretudo do sistema de chefaturas: deriva daí o

seu esforço em recorrer a informantes “nativos”, registrando, com minúcias e detalhes paratextuais, as suas conversas. Assim, essas entrevistas, intercalando passagens em inglês e em isiZulu, objetivavam avaliar e mapear os impactos das políticas coloniais elaboradas nas últimas décadas do século XIX, sobretudo voltadas à cobrança de impostos, à exploração do trabalho na mineração e na agricultura, e à apropriação de terras pertencentes às comunidades nas imediações da Colônia de Natal. Ao mesmo tempo, visavam fornecer quadros explicativos aos processos que geraram novos alinhamentos de poder nas sociedades ao sul da África, com ênfase especial nas lembranças individuais e coletivas acerca da construção do centro de poder zulu, entre os decênios de 1810 e 1830.

Destarte, a documentação produzida por James Stuart nas conversas com seus narradores africanos pode ser compreendida como exemplos de registros produzidos nas “zonas de contato” (expressão de Mary Louise Pratt)¹ geradas a partir do colonialismo, especialmente por remeterem às dimensões interativas dos encontros coloniais, mesmo em documentos construídos com o fito de demarcar distinções e hierarquias entre colonizadores e colonizados. Diante dessa perspectiva, este artigo se concentra nas narrativas referentes ao processo de construção e consolidação do poder zulu, a partir de sua reconstituição na memória e na oralidade de comunidades e linhagens que se vincularam, de uma forma ou de outra, à esfera de influência política dos zulus, principalmente na chefatura de seu “fundador”, o *inkosi* (rei/chefe) Shaka kaSenzangakhona (1787-1828). A ênfase recai em duas testemunhas entrevistadas por James Stuart: um homem ngcobo, Socwatsha kaPhaphu, considerado como um dos seus principais informantes, e uma mulher, qwabe, Baleka kaMpitikazi, oriunda de uma família de *izimbongi*, responsáveis pela transmissão oral de “poemas de aclamação” em memória de seus chefes e ancestrais.

Os testemunhos elencados foram fornecidos por indivíduos que descendiam de comunidades linhageiras incorporadas pelo poder zulu no

1 Mary Louise Pratt, *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*, Bauru: Edusc, 1999.

seu processo de expansão e consolidação, especialmente entre as décadas de 1810 e 1830. Ao transmitirem e reconstituírem o passado em suas lembranças, os narradores africanos de James Stuart podem ser considerados “guardiões da memória”, “relembrando e revivendo (ou, em alguns casos, escolhendo esquecer) memórias individuais e coletivas”.² Por isso, mesmo que intermediados pelo registro empreendido por James Stuart, os relatos de Socwatsha e Baleka permitem vislumbrar os impactos dos alinhamentos de poder político iniciados ainda na segunda metade do século XVIII, em especial as diferentes redes de poder e alianças em configuração ou reconfiguração entre os chefes de linhagens, a partir da sua reconstituição pela memória e pelas dimensões interativas entre entrevistador e entrevistados, na imbricação da oralidade e da escrita.

James Stuart e seus narradores africanos

Nas últimas décadas do século XIX, profundas e significativas transformações sociopolíticas e econômicas afetaram a região entre os rios Thukela, Mfolozi e Phongolo (atualmente localizados na província de KwaZulu Natal, na África do Sul), território que, até meados de 1880, concentrava o centro de poder político dos zulus. Desde as descobertas de minas de ouro e diamantes entre as décadas de 1860 e 1870, a elite colonial e o colonato branco, principalmente nas regiões vizinhas da Colônia de Natal e na República Sul-Africana (*Zuid-Afrikaansche Republiek*, ou ZAR, também conhecida informalmente como Transvaal), empreenderam uma série de esforços para controlar as terras das comunidades africanas, com o objetivo de garantir um fluxo constante de mão de obra migrante e sazonal para abastecer o trabalho nas minas e nas fazendas, e para desarticular as iniciativas e resistências africanas diante

2 Nwando Achebe, *The Female King of Colonial Nigeria: Ahebi Ugbabe*, Bloomington: Indiana University Press, 2011, p. 15.

da expansão colonialista.³ A esse contexto, somam-se os projetos confederacionistas propostos pelo secretariado colonial britânico na década de 1870, os quais visavam unificar todos os territórios sul-africanos por meio de políticas anexacionistas ou ocupação militar, principalmente como estratégia diante de poderes rivais, como por exemplo o expansionismo bôer.

No período anterior a 1910, o sul da África estava dividido em diversos corpos geopolíticos, que incluíam territórios e protetorados nativos, tais como o centro de poder zulu (também conhecido como reino zulu), as colônias britânicas do Cabo e de Natal, e as repúblicas bôeres do Estado Livre de Orange (*Oranje Vrijstaat*) e do Transvaal. A execução das políticas confederacionistas ficou nas mãos do governador geral da Colônia do Cabo e Alto Comissário para a África do Sul, Bartle Frere, e teve importante desdobramento entre 1876 e 1877, quando Theophilus Shepstone, comissário especial encarregado das relações com os zulus e funcionário de destaque na Colônia de Natal, mobilizou tropas de cavalaria e avançou sobre Pretória, a capital do Transvaal, com a intenção de anexar a república em meio a um estado de calamidade financeira após a derrota dos transvaalenses em conflitos contra os bapedi, liderados por Sekhukhune woSekwati, em maio de 1876. Interesses econômicos também nutriam os projetos confederacionistas, na medida em que visavam suprir mão de obra nativa para a Griqualândia Ocidental, região que concentrava a extração de diamantes, e que, mesmo após sua anexação às posses britânicas em 1871, continuava sendo contestada pelo Estado Livre de Orange e pelas chefaturas griqua que habitavam a região.⁴

A anexação do Transvaal às posses britânicas envolveu uma série de litígios territoriais com os zulus, principalmente nas fronteiras

3 Ver: Raquel Gryszczenko Alves Gomes, “De espinhos e agulhões: segregação e lei de terras na obra de Sol Plaatje”, Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015 ☒.

4 Ngwabi Bhebe, “Os britânicos, os bôeres e os africanos na África do Sul (1850-1880)” in Jacob Festus Adniyi Ajayi (org.), *História Geral da África*, v. VI: *África do século XIX à década de 1880* (Brasília, DF: Unesco, 2010), pp. 197-198.

do rio Buffalo – um afluente do rio Thukela – que haviam sido invadidas por fazendeiros transvaalenses. Essas tensões culminaram, em dezembro de 1878, em um *ultimatum* enviado por Bartle Frere ao *inkosi* dos zulus, Cetshwayo kaMpande (1826-1884), e que resultou na guerra anglo-zulu, entre janeiro e julho de 1879.⁵ Após uma vitória inicial das forças zulus na batalha de Isandlwana (em janeiro de 1879), a captura e o exílio de Cetshwayo, em julho de 1879, levaram à fragmentação do território zulu e à sua repartição em treze circunscrições, administradas, em sua maior parte, por chefes que haviam se aliado aos britânicos ao longo da guerra. A partir da estratégia colonialista de “dividir para conquistar”, e sob a supervisão de um residente britânico, a administração colonial responsabilizou esses chefes com a dissolução de instituições militares, em especial dos regimentos *amabutho* – um sistema de organização de guerreiros divididos por faixas etárias – e dos centros de treinamento de guerreiros (os *amakhandas*), além da proibição de importação ou circulação de armas de fogo. Os últimos focos de resistência dos aliados de Cetshwayo foram suprimidos em setembro de 1879, e a autoridade zulu foi descentralizada e dividida entre os treze chefes designados pela administração colonial britânica.⁶

Contudo, essas novas chefias se envolveram em uma guerra civil, que levou a administração colonial britânica a reinstalar Cetshwayo em uma fração do território zulu em 1882, agora dividido em três partes: ao norte do rio Black Mfolozi, em uma extensa área administrada por Zibhebhu kaMaphita, chefe da linhagem Mandlakazi; ao sul, entre os rios Thukela e Mhlatuze, uma área de reserva sob a responsabilidade do administrador colonial John Shepstone (irmão de Theophilus Shepstone), e governada indiretamente por chefaturas zulus; e, ao meio, uma faixa de terras restituída a Cetshwayo, cercada por forças rivais e hostis, a exemplo


5 David Chanaiwa, “Iniciativas e resistências africanas na África meridional” in Albert Adu Boahen (org.), *História Geral da África*, v. VII: *África sob dominação colonial, 1880-1935* (Brasília, DF: Unesco, 2010), pp. 219-250.


6 John Laband, *The Eight Zulu Kings: From Shaka to Goodwill Zwelithini*, Johannesburg: Jonathan Ball, 2017, p. 271.

dos chefes que foram destituídos com seu retorno.⁷ Nesse contexto, intensificaram-se as disputas entre Cetshwayo e seus rivais, sobretudo Zibhebhu kaMaphita e Hamu kaNzibe – chefe da linhagem Ngenetsheni e meio-irmão de Cetshwayo –, os quais haviam manifestado tentativas de ampliação de seus poderes políticos antes mesmo da repartição da Zululândia. Os conflitos levaram à fuga e à morte de Cetshwayo em fevereiro de 1884. Aproveitando-se do estado de fragilidade interna, os britânicos formalmente anexaram o território zulu em 1887, na condição de Reserva da Zululândia, a qual foi absorvida pela Colônia de Natal em 1897. Nesse ínterim, outras partes do território, totalizando cerca de dois milhões e setecentos mil acres de terras ao norte da Zululândia, foram incorporadas pelos bôeres transvaalenses em troca de apoio militar e reconhecimento da legitimidade de Dinuzulu kaCetshwayo (1868-1913), como sucessor e herdeiro de Cetshwayo, dando origem a uma área independente, nas margens do rio Mfolozi, designada de Nova República (*Niewue Republiek*).⁸

Com a anexação do território zulu à Colônia de Natal em 1897, a elaboração de políticas de governo das populações nativas passou diretamente à responsabilidade do Departamento de Assuntos Nativos, sediado em Pietermaritzburg. Foi nesse contexto que o linguista e administrador colonial James Stuart iniciou sua atuação junto às comunidades e chefaturas nas imediações do antigo centro de poder zulu. Segundo John Wright, Stuart nasceu em Pietermaritzburg, na então Colônia de Natal, em 1868, tendo passado parte de sua infância na região de Greytown e Ixopo, onde seu pai, Martinus, atuava como magistrado colonial.⁹ Além de receber instrução formal em instituições locais e na Inglaterra,

7 John Laband e John Wright, *King Cetshwayo kaMpande (c. 1832-1884)*, Pietermaritzburg: Shuter & Shooter, 1980.

8 Gabriela Aparecida dos Santos, “Lança presa ao chão: guerreiros, redes de poder e a construção de Gaza (travessias entre África do Sul, Moçambique, Suazilândia e Zimbábue, século XIX)”, Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, p. 234 .

9 John Wright, “Thununu kaNonjiya Gcabashe visits James Stuart in the big smoke to talk about history”, *Natalia*, v. 49 (2019), pp. 1-12 .


Stuart tornou-se fluente em isiZulu e, em 1888, foi designado como intérprete a serviço do magistrado britânico em Eshowe, na Zululândia recém-anexada. Mais tarde, entre 1894 e 1895, Stuart assumiu o cargo de intérprete na Suazilândia e, logo em seguida, de magistrado em Ingwavuma, um distrito na Tongolândia, a qual havia sido recentemente incorporada à Zululândia. Com a anexação por Natal, Stuart atuou temporariamente como autoridade em diversos centros da colônia: Stanger, Umzinto, Pietermaritzburg, Howick, Mpendle e Ladysmith, e, a partir de 1901, no porto de Durban, cujo crescimento urbano esteve associado à expansão das atividades mineradoras na região de Joanesburgo e, mais tarde, à guerra sul-africana de 1899 a 1902, por sua posição estratégica como área comercial e industrial.¹⁰


Posteriormente, quando irromperam os confrontos entre as forças coloniais e os guerreiros do chefe zulu Bambatha kaMacinza, em 1906, Stuart ocupava uma posição estratégica no campo de artilharia de Natal e a serviço da inteligência colonial. Entre as causas da chamada “revolta” ou “rebelião de Bambatha”, incluía-se a perda de terras comunais, o acelerado processo de proletarização forçada da mão de obra negra, a truculência das forças coloniais em Natal e a imposição de taxas e impostos sobre as comunidades na Zululândia, em especial, a *poll tax*, implementada


10 A guerra sul-africana (também designada pela historiografia tradicional como “segunda guerra anglo-bôer”, entre outras denominações), foi o resultado cumulativo de tensões políticas e rivalidades entre bôeres e britânicos ao sul da África, bem como projetos divergentes a respeito da construção da nação sul-africana. Um dos seus antecedentes ficou conhecido como Jameson Raid, envolvendo a tentativa malfadada de golpe militar para anexar o Transvaal às posses britânicas por Cecil Rhodes e Leander Starr Jameson em 1895. Opta-se por utilizar o termo “guerra sul-africana”, a partir das indicações de Peter Warwick (1983), para reforçar o protagonismo de outros grupos, ao exemplo de zulus, bapedis, swazis e basotos, que, durante muito tempo, foram invisibilizados por uma historiografia que perpetuou o “mito de uma guerra de homens brancos”: “a impressão que foi perpetuada em numerosos livros de história que a guerra foi simplesmente um conflito anglo-bôer. De fato, foi muito mais do que isso. Em certo sentido, foi uma guerra sul-africana, um conflito que diretamente tocou as vidas de centenas de milhares de pessoas negras”. Ver: Peter Warwick, *Black People and the South African War (1899-1902)*, Cambridge: Cambridge University Press, 1983. Esta e as demais traduções de trechos citados ao longo do artigo são de responsabilidade do autor.

em 1905.¹¹ Isso porque, na década de 1900, após um período de aparente desenvolvimento socioeconômico no contexto da guerra sul-africana, a população na Colônia de Natal cresceu significativamente (atingindo, em 1906, cerca de 94 mil brancos e 910 mil negros), o que implicou problemas estruturais, principalmente relacionados à distribuição das terras e ao aumento do custo de vida. Diante do estado de depressão econômica, agravado pela competição com outras regiões (sobretudo costeiras), a administração colonial contraiu dívidas e, como solução, seus legisladores optaram por propostas que envolviam tributação adicional sobre a população africana.¹² Nesse contexto, diversas ações foram promovidas pelas comunidades africanas em Natal e na Zululândia com o fito de questionar a exploração colonial das terras e do trabalho, ao exemplo da resistência camponesa, como no caso da revolta de Bambhata.

A experiência de James Stuart com os conflitos, e com a captura e condenação de Dinuzulu, acusado de envolvimento na revolta, resultou na escrita e publicação do livro *A History of the Zulu Rebellion*, em 1913. Proposta inicialmente como uma “versão oficial” dos acontecimentos envolvendo a revolta de Bambhata, a obra, publicada após cerca de sete anos de trabalho e diversas mudanças político-administrativas no sul da África, manifestava certo pessimismo, por parte de Stuart, quanto à imposição da *poll tax* sobre a população africana e a política nativa adotada em Natal.¹³ Nesse ínterim, em 1909, Stuart foi nomeado para o cargo de secretário-assistente no Departamento de Assuntos Nativos em Pietermaritzburg; porém, com o surgimento da União Sul-Africana em 1910, que marcou a unificação nacional, o Departamento de Assuntos


11 Shula Marks, “Class, Ideology and the Bambatha Rebellion” in Donald Crumney (org.), *Banditry, Rebellion and Social Protest in Africa* (Londres: James Currey, 1986); Sean Redding, “A Blood-Stained Tax: Poll Tax and the Bambatha Rebellion in South Africa”, *African Studies Review*, v. 43, n. 2 (2014), pp. 29-54 .

12 Antônio Evaldo Almeida Barros, “As faces de John Dube: memória, história e nação na África do Sul”, Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012, p. 65 .

13 Paul S. Thompson, “A Critical Analysis of James Stuart’s *A History of the Zulu Rebellion 1906*”, *History in Africa*, v. 41 (2014), pp. 195-220 .

Nativos de Natal foi incorporado a uma estrutura nacional unificada, e Stuart foi transferido para Pretória, onde permaneceu até sua aposentadoria, em 1912. Foi nesse meio tempo e pelas décadas seguintes que, com base em sua trajetória profissional e experiência com grupos falantes de isiZulu, Stuart iniciou um projeto intelectual que o ocuparia por cerca de três décadas: a coleta e registro de testemunhos e informações concernentes à história e aos “costumes” zulus.¹⁴

Dessa forma, entre 1897 e 1924, Stuart entrevistou aproximadamente 200 informantes africanos, principalmente pertencentes a comunidades falantes de isiZulu, que viviam nas imediações da esfera de influência política dos zulus ou que, por um motivo ou outro, deslocaram-se para a Colônia de Natal ao longo do século XIX. As entrevistas, realizadas de modo meticuloso e com informações paratextuais (a exemplo do local e das datas das entrevistas, além de notas nas margens dos documentos e dados concernentes às fontes de seus testemunhados), foram registradas por escrito, “intercalando passagens em inglês e isiZulu e, em muitos casos, recorrendo à combinação de ambas as línguas”.¹⁵ Ademais, Stuart também transcreveu um vasto número de *izibongo*, os “poemas de aclamação”, gênero associado à oralidade entre as sociedades nguni no sul da África e à transmissão de informações referentes às chefaturas e ancestrais das linhagens.¹⁶ Embora os testemunhos e relatos coletados por Stuart tenham sido questionados posteriormente por historiadores, que o acusaram de perpetuar visões de mundo comprometidas e engajadas unicamente com a manutenção do colonialismo britânico ao sul da África,¹⁷ algumas

14 Wright, “Thununu kaNonjiya Gcabashe Visits James Stuart”; Carolyn Hamilton, “Backstory, Biography and the Life of the James Stuart Archive”, *History in Africa*, v. 38 (2011), pp. 319-341 .

15 Gabriela Aparecida dos Santos, “Tempos passados em James Stuart Archives: recontando histórias, entrelaçando narrativas”, *Revista Topoi*, v. 17, n. 33 (2016), pp. 648-653 .

16 Sifiso Mxolisi Ndlovu, *Africa Perspectives on King Dingane kaSenzangakhona*, Londres: Palgrave Macmillan, 2017.

17 Julian Cobbing, “A Tainted Well. The Objectives, Historical Fantasies and Working Methods of James Stuart”, *Journal of Natal and Zulu History*, v. 11, n. 1 (1988), pp. 115-154.


análises mais recentes chegaram a um denominador comum que enfatiza a complexidade cultural e a presença de ambiguidades nas empreitadas do administrador colonial ao longo de sua trajetória.

Conforme Carolyn Hamilton, as ambivalências da atuação e trajetória de James Stuart se encontram entrelaçadas a um contexto político de elaboração de leis e medidas de tratamento à população negra na Colônia de Natal e no território da Zululândia.¹⁸ No início da década de 1890, foi promulgado o *Natal Code of Native Law* (1891), com o objetivo de codificar as leis costumeiras e institucionalizar o sistema de chefaturas, para assegurar o “governo indireto” das populações africanas na colônia e, simultaneamente, restringir a autoridade dos chefes. A partir desse momento, os chefes designados pelo governo colonial ficavam incumbidos, entre outras funções, com a responsabilidade de “suprir homens com o objetivo de defender ou suprimir revoltas ou desordens, ou trabalhadores para obras públicas ou para as necessidades gerais da colônia”.¹⁹ Por volta desse período, James Stuart começou a manifestar descontentamento com as políticas adotadas pela administração em Natal, pois entendia que as sociedades africanas ditas “tradicionais” passariam por um processo acentuado de desagregação em contato forçado com a sociedade colonial “civilizada”, principalmente pelo processo de proletarianização compulsória da mão de obra africana, pela fragmentação das autoridades tradicionais (especialmente o sistema de chefaturas fundamentado na lei costumeira) e pela cobrança de impostos sobre as comunidades nativas.

Segundo Norman Etherington, a Colônia de Natal se distinguiu pela existência de partidários do “expansionismo imperial”, isto é, um esforço conjunto da elite político-econômica local em expandir suas áreas de influência, sobretudo para territórios ocupados por linhagens e chefaturas africanas, com o afã de controlar a mão de obra e o acesso às terras.²⁰ Em Natal, “os esforços empregados para obrigar os africanos a

18 Hamilton, “Backstory, Biography and the Life of the James Stuart Archive”, pp. 319-341.

19 Mahmood Mamdani, *Citizens and Subjects: Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism*, Princeton: Princeton University Press, 1996, p. 53.

20 Norman Etherington, “Labour Supply and the Genesis of South African Confederation in the 1870s”, *Journal of African History*, v. 20, n. 2 (1979), pp. 235-253 .

fornecerem essa força de trabalho foram em vão, devido às condições de trabalho medíocres e aos baixos salários oferecidos pelos plantadores”.²¹ Por isso, o crescimento da lavoura açucareira na região, baseado no modelo de *plantation*, dependia fortemente da migração de trabalhadores africanos vindos do norte, sobretudo da África Central e da África Oriental, e muitos proprietários de terras envolveram-se com o comércio interno. Quaisquer ameaças às levadas migratórias e às fontes de mão de obra produziam demandas, da parte do colonato branco, pela intervenção britânica na região. A promulgação de códigos de leis voltados ao controle dos chefes e a anexação da Zululândia por Natal inseriam-se nesse quadro de medidas coloniais que incluíam também o endurecimento da legislação segregacionista no controle das terras, da mão de obra e da circulação da população negra.

A insatisfação com a elaboração de políticas de tratamento à população nativa era compartilhada por grupos africanos, especialmente entre a comunidade *kholwa* em Natal. Os *amakholwa*, isto é, os grupos falantes de isiZulu e letrados, convertidos ao cristianismo pela ação missionária nas últimas décadas do século XIX, faziam parte de uma nova camada social que os agentes coloniais objetivavam formar para servir de intermediários entre a sociedade colonial e o restante da população nativa.²² Reuniam-se, desde a década de 1890, em jornais e impressos, como o periódico semanal *Inkanyiso lase Natal*, e em organizações sociais e políticas, ao exemplo da Funamalungelo Society, formada em 1888 sob a direção de John Khumalo, a partir dos quais manifestavam constantes questionamentos à legislação nativa e, sobretudo, a falta de representatividade política. Em junho de 1900, políticos e intelectuais pertencentes à comunidade *kholwa* de Natal organizaram-se em torno do Natal Native Congress, cujas pautas incluíam a representatividade política

21 Bhebe, “Os britânicos, os bôeres e os africanos na África do Sul (1850-1880)”, p. 183.


22 Hlonipha Mokoena, “Christian Converts and the Production of ‘Kholwa’ Histories in Nineteenth-Century Colonial Natal: The Case of Magma Magwaza Fuze and His Writings”, *Journal of Zulu and Natal History*, v. 23 (2005), pp. 1-37 [DOI](#); Mcebisi Ndletyana “Introduction” in Mcebisi Ndletyana (org.), *African Intellectuals in the 19th and Early 20th Century: South Africa* (Cape Town: Human Sciences Research Council, 2008), p. 5.

no parlamento da colônia. Sabe-se que James Stuart manteve constante contato com representantes da comunidade *kholwa* de Natal, por meio de discussões concernentes à insatisfação com o governo colonial, os sistemas de administração das populações nativas, as queixas referentes à perda de terras, a desarticulação das autoridades tradicionais africanas e a transformações nas relações de gênero nas comunidades locais.²³

A raiz do problema, na perspectiva de Stuart, residia no fato de que “em suas políticas que visavam estabelecer um controle cada vez maior sobre a população africana da colônia” a administração colonial em Natal e na Zululândia “estava se distanciando gradativamente do sistema pré-estabelecido de governo africano por meio de suas próprias chefias, e de acordo com suas leis e costumes tradicionais”.²⁴ Para Stuart, a solução desses problemas envolvia uma compreensão mais ampla das instituições culturais e formas de organização sociopolítica dos grupos africanos, especialmente dos zulus, o que implicava também educar os colonos brancos em Natal, sobretudo os grupos mais influentes, para a elaboração de políticas nativas mais eficazes. Assim, na visão do administrador colonial, as “respostas para a ‘questão nativa’ residiam em um conhecimento histórico da sociedade africana. Não apenas era preciso realizar pesquisas, e uma investigação detalhada, mas também registrar e preservar, tanto para os africanos interessados quanto para os administradores”.²⁵ Demandas semelhantes eram compartilhadas pelos grupos *amakholwa* em Natal, cujas lideranças queixavam-se da falta de conhecimento, por parte da administração colonial, das formas de organização social e instituições políticas das comunidades negras.

Embora interessado em estabelecer uma compreensão mais clara das culturas e sociedades africanas na região de Natal e da Zululândia, Stuart também compartilhava, como muitos de seus contemporâneos, de diversos preceitos coloniais e racistas. Assim, ao mesmo tempo em que desencantado

23 Hamilton, “Backstory, Biography and the Life of the James Stuart Archive”, pp. 133-134.

24 John Wright, “Socwatsha kaPhaphu, James Stuart, and Their Conversations on the Past, 1897–1922”, *Kronos*, v. 41, n. 1 (2015), p. 150 .

25 Carolyn Hamilton, *Terrific Majesty: The Powers of Shaka Zulu and the Limits of Historical Invention*, Boston: Harvard University Press, 1998, p. 49.

com as políticas nativas implementadas no período e comprometido a ouvir os testemunhos de africanos, também era um firme proponente da manutenção e da preservação da “sociedade branca” ao sul da África, com base na crença na superioridade europeia e na premissa da inaptidão de africanos ao autogoverno. Portanto, de um lado, é inegável a atuação de Stuart em ações colonialistas voltadas ao controle das iniciativas e resistências africanas: além de sua trajetória enquanto administrador colonial no Departamento de Assuntos Nativos, sabe-se que, entre 1906 e 1907, por ocasião da revolta de Bambhata, Stuart atuou nas operações militares e no serviço de inteligência colonial, esteve envolvido nos interrogatórios de prisioneiros envolvidos com Bambatha kaMacinza e na captura/prisão de Dinuzulu, nas proximidades de Nongoma (na Zululândia). Por outro lado, em busca de sentidos explicativos para a revolta – e da elaboração de políticas nativas informadas pelas particularidades socioculturais das comunidades africanas – Stuart voltou-se aos seus narradores africanos, e, no período entre 1906 e 1910, registrou dezenas de entrevistas em inglês e isiZulu para estabelecer as causas dos conflitos de um ponto de vista “nativo”, associadas, no período, à perda das terras comunitárias para o colonato branco e à imposição de pesados impostos que recaíam sobre a população nativa.



Este conjunto de fontes pode ser compreendido a partir do conceito de “zonas de contato”, o que implica evidenciar a imbricação dos testemunhos africanos em documentos produzidos nas situações coloniais, comumente elaborados com o fito de demarcar as diferenças entre sujeitos colonizadores e colonizados. Dessa forma, a documentação gerada nos encontros de James Stuart e de seus narradores possibilita pensar nos “espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação”, ao exemplo do “colonialismo, o escravismo ou seus sucedâneos ora praticados em todo o mundo”.²⁶ Além disso, é preciso também considerar que essas fontes estão entrelaçadas à força da oralidade nas sociedades nguni ao sul da África,

26 Pratt, *Os olhos do Império*, p. 27.

principalmente entre as comunidades falantes de isiZulu, nas quais a palavra falada desempenhava um papel fundamental na transmissão das formas de organização sociocultural, sobretudo nos rituais e práticas relacionadas à conformação de suas instituições políticas.²⁷ Ao relatarem suas histórias e memórias para o administrador colonial, seus narradores mobilizavam formas de expressão cultural vinculadas às experiências coletivas de suas comunidades e dos seus ancestrais, remetendo-se, com certa frequência, a narrativas transmitidas oralmente de geração em geração, criando redes de testemunhos que vinculavam e sobrepunham diferentes temporalidades.

Os zulus e os ngcobo: as narrativas de Socwatsha kaPhaphu

Por meio dos testemunhos coletados por Stuart ao longo de três décadas, fica demarcado uma atenção aos impactos da legislação colonial e segregacionista no cotidiano das populações falantes de isiZulu: em entrevistas realizadas em junho de 1916, Stuart indagou seus informantes sobre “o que os Nativos²⁸ acreditam ser mais questionável acerca da dominação britânica, do governo do homem branco? [...] Como seria se os Nativos recebessem permissão de se estabelecer em grandes territórios sul-africanos, sob o aconselhamento de governantes britânicos?”²⁹ Ao lado dessas questões,

27 Thenjiwe Magwaza, “Orality and its cultural expressions in some Zulu traditional ceremonies”, Dissertação (Mestrado em Estudos de Literatura e Oralidade), Universidade de KwaZulu-Natal, Durban, 1993 ; Thobile Thandiwe Ngcongco, “Orality and transformation in some Zulu ceremonies: tradition in transition”, Dissertação (Mestrado em Estudos de Literatura e Oralidade), Universidade de KwaZulu-Natal, Durban, 1996 .

28 Convém mencionar que, na documentação produzida por James Stuart, a recorrência ao termo “*Native*” (nativo) com inicial maiúscula encontrava-se em alinhamento à legislação colonial vigente que, no período em questão, também esforçava-se em definir, por meio do Direito colonial, os demarcadores da categoria sociojurídica “nativo”.

29 James Stuart, “Socwatsha kaPapu” in John Wright e Colin de B. Webb (orgs.), *The James Stuart Archive of Recorded Oral Evidence Relating to the History of the Zulu and Neighbouring Peoples*, v. 6 (Pietermaritzburg: University of KwaZulu-Natal Press, 2014), p. 119.

Stuart também demonstrava um interesse particular pelas memórias e histórias referentes à formação e à construção do poder zulu nas primeiras décadas do século XIX. Com efeito, parte expressiva das entrevistas realizadas era direcionada a estabelecer vínculos entre o presente e o passado: um esforço de compreender os impactos do colonialismo na fragmentação do poder zulu ao final do século XIX, tendo em vista os processos históricos que, entre as décadas de 1800 e 1820, levaram à sua consolidação e à expansão. Um exemplo disso reside nas conversas que Stuart registrou com um de seus principais informantes, Socwatsha kaPhaphu, entre 1897 e 1922.

De origem ngcobo, Socwatsha viveu entre a Colônia de Natal e a Zululândia, atuando como trabalhador sazonal na juventude e, a partir da década de 1880, na função de policial e mensageiro a serviço do magistrado britânico da Zululândia. As entrevistas encontram-se marcadas pela anexação da Zululândia à Colônia de Natal e a revolta de Bambhata, evento que Socwatsha testemunhou em primeira mão, atribuindo sua causa à “proclamação da *poll tax*”, a “divisão das terras na Zululândia” e sua transformação em “propriedades privadas”, o que teriam levado “todos os distritos (*izifunda*) a recorrer em favor de Bambata”.³⁰ As suas entrevistas, registradas tanto em inglês quanto em isiZulu, concerniam, entre outras questões, às memórias de Socwatsha e de seus familiares a respeito das transformações históricas que afetaram a região do médio rio Thukela em decorrência da consolidação do poder zulu na época de seu fundador, o *inkosi* Shaka kaSenzangakhona, e principalmente o processo de incorporação e dominação de comunidades linhageiras e formação do sistema *amabutho* de regimentos militares. Segundo John Wright, a atenção especial de James Stuart, em suas conversas com Socwatsha kaPhaphu, incidia também sobre o aspecto processual da expansão do centro de poder zulu, sobretudo as diferentes formas de relação de poder estabelecidas pela linhagem dominante com outras comunidades em sua esfera de influência política nas primeiras décadas do século XIX.³¹

30 Stuart, “Socwatsha kaPapu”, pp. 51-52.

31 Wright, “Socwatsha kaPhaphu, James Stuart and Their Conversations on the Past”, pp. 147-148.

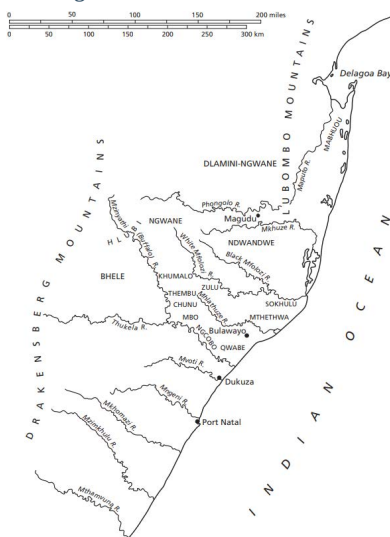
Segundo Socwatsha, seu pai, Phaphu, nasceu por volta de 1785-1787, e pertencia à comunidade Ngongoma (ou abakwaNgongoma), a qual, por sua vez, fazia parte de um conjunto maior de comunidades que se autodenominavam Ngcobo, as quais se aliaram ou aglutinaram ao longo do século XVIII. Embora conhecidas coletivamente como ngcobo, os chefes de cada comunidade governavam de forma relativamente autônoma, e outras designações aparecem na documentação para se referir individualmente às chefaturas, a exemplo dos abakwaNgongoma, abakwaNyuswa, amaQadi (ou emaQadini), emaLangeni e amaTshangase, entre outras. Nesse período, a autoridade dos chefes estava fundamentada, entre demais fatores, em seus vínculos de parentesco, principalmente a descendência patrilinear de um ancestral comum, e o poder de interceder junto aos espíritos ancestrais; a sua capacidade de regulamentar o acesso aos recursos da comunidade, sobretudo os campos de produção agrícola e áreas de pastagem; bem como sua habilidade de estabelecer relações de troca com outras linhagens, instâncias nas quais diversos níveis de reciprocidade demarcavam as hierarquias de poder e senioridade, baseadas, em muitas situações, na extração de tributos, o exemplo da remoção do gado.³²

Phaphu descendia de um braço secundário da linhagem dominante dos ngongoma, e cresceu numa época em que o chefe dos ngongoma, Bhofungana, reconhecia a senioridade ritual dos abakwaNyuswa, chefiados por Sihayo kaMapoloba, mas exercia de modo autônomo a sua autoridade sobre um território localizado na confluência entre os rios Thukela e Nsuze. Desde a metade do século XVIII, diversos povos e linhagens que habitavam as imediações foram afetados, direta ou indiretamente, por transformações econômicas e pela reestruturação de vínculos socio-políticos associados, entre outros fatores, ao crescimento do comércio de marfim e, mais tarde, de gado com o litoral, principalmente com a Baía

32 Santos, “Lança presa ao chão”, pp. 43-44; David William Hedges, “Trade and Politics in Southern Mozambique and Zululand in the Eighteenth and Early Nineteenth Centuries”, Tese (Doutorado em História), Universidade de Londres, Londres, 1978, pp. 21-22; pp. 64-65.

de Maputo (atual Moçambique). Entre as consequências dessas transformações, destacava-se o processo de expansão e crescimento de centros de poder político e econômico, mormente os *ndwandwe* (ou *amaNdwandwe*), que se fixaram no vale do rio Phongolo, e, mais ao sul, os *mthethwa* (ou *abakwaMthethwa*), que na metade do século XVIII formavam um conjunto de linhagens estabelecido na região do rio Mfolozi, região favorecida para a caça de elefantes e a extração do marfim. Outros poderes em expansão no período incluíam os amaHlubi, estabelecidos no vale do rio uMzinyathi (um afluente do rio Thukela); os abaQwabe, na região das colinas Ngoye; e os amaNgwane, nas imediações do rio Phongolo.³³

Figura 1
Mapa da região entre os rios Phongolo-Thukela no final do século XVIII e início do século XIX



Fonte: John Wright, “Turbulent Times: Political Transformations in the North and the East, 1760-1830s” in Carolyn Hamilton; Bernard Mbenga e Robert Ross (orgs.), *The Cambridge History of South Africa* (Cambridge: Cambridge University Press, 2010), v. 1, p. 222.

33 Selby Bongani Hadebe, “The History of the amaHlubi tribe in the Ibizongo of its Kings”, Dissertação (Mestrado em Estudos em Literatura e Oralidade), Universidade de KwaZulu-Natal, Durban, 1993, pp. 8-10 ; Philip Bonner, *Kings, Commoners and Concessionaries: The Evolution and Dissolution of the Nineteenth-Century Swazi State*, Cambridge: Cambridge University Press, 1983, pp. 9-26.

Associado à expansão dos poderes *mthethwa* e *ndwandwe* nas últimas décadas do século XVIII, estava o sistema *amabutho* de organização de guerreiros divididos em faixas etárias e vinculados à autoridade das linhagens dominantes por meio de uma série de rituais de passagem e de treinamento. Ademais, como apontou a historiografia recente, a mobilização desses regimentos de guerreiros conectava-se às atividades econômicas e comerciais na região, como, por exemplo, nas expedições de caça ou extração de marfim, ou na captura de gado rival. Assim, os *amabutho* “emergiam integrados aos mecanismos pelos quais as diferentes linhagens buscavam reproduzir as condições materiais que lhes permitiam exercer posições de domínio no âmbito da economia política regional, como a participação no comércio do marfim”.³⁴ Entre outros fatores, a experiência com os regimentos *amabutho* esteve relacionada, nas primeiras décadas do século XIX, às reconfigurações de poderes políticos que marcaram a região, culminando também na consolidação do poder zulu, principalmente sob a liderança de Shaka kaSenzangakhona.

De acordo com as memórias de Socwatsha, a geração de seu pai vivenciou um período de transformações na forma de organização dos regimentos *amabutho*. Essas transformações, que envolviam a adoção do referencial etário na distribuição dos grupos de guerreiros em substituição do referencial territorial, eram atribuídas por Socwatsha a Dingiswayo, o chefe dos *mthethwa* na virada do século XVIII ao século XIX, eventualmente sendo adotado por outras chefaturas na região, tais como Zwide, o chefe dos *ndwandwe*, Mzilikazi, o chefe dos *ndebele* e, eventualmente, por Senzangakhona, o chefe zulu:

Nos velhos tempos, os *amabutho* não eram divididos de acordo com faixas etárias (*nqamuke ngo buntanga*), mas de acordo com cada assentamento; todos os homens e meninos de uma povoação, não importa

34 Santos, “Lança presa ao chão”, pp. 46-47.

qual fosse sua idade, formava a força de batalha do seu *kraal* [povoação], e todos recebiam um mesmo nome; era *ingxube* – mistura. Entre os antigos regimentos estavam os Amapela de Zwide, mas esses homens não estavam organizados de acordo com suas idades. Mzilikazi detinha o regimento Izimpangele; esse foi o caso quando ele foi trazido do interior. Zwide [o chefe dos ndwandwe], é claro, aprendeu com Dingiswayo [chefe dos mthethwa].³⁵


Até a virada do século, os zulus formavam um pequeno conjunto de linhagens nas imediações do rio Mfolozi – originalmente sob esfera de influência dos mthethwa. Seu processo de expansão iniciou-se ainda na chefatura de Senzangakhona (c. 1762-1816), o qual incorporou diversas comunidades vizinhas. Seu filho e sucessor, Shaka, aproveitou-se do vácuo gerado após a morte do chefe mthethwa, Dingiswayo, em 1818, e promoveu a consolidação de seu poder político sobre diversas outras comunidades nas imediações, ao exemplo das chefaturas abaThembu, abaChunu e abakwaMkhize, na confluência entre os rios Thukela e Mthlathuze, e os abaQwabe, nas proximidades da costa índica. Shaka também promoveu a derrota e a fragmentação do poder ndwandwe, em um contexto no qual várias chefaturas vinculadas a esse antigo poder migraram rumo ao sul de Moçambique, ao Zimbábue, a Zâmbia e ao Malauí.³⁶ A experiência histórica com os regimentos *amabutho* foi crucial nesse processo, de modo que diversas comunidades que passaram à esfera de influência política zulu foram incorporadas nessas instituições: os guerreiros jovens, oriundos das mais diversas linhagens, passavam pelo treinamento nas *amakhandas*, e vinculavam-se à linhagem dominante por meio de ritos de passagem que marcavam os laços de fidelidade e interdependência. Essa prática

35 Stuart, “Socwatsha kaPapu”, p. 20.

36 Sobre o deslocamento das chefaturas nas décadas de 1810-1820, ver: John Wright, “Beyond the ‘Zulu Aftermath’: Rescrambling Southern Africa’s Mfecane Migrations” (paper não publicado), Universidade de Kwazulu-Natal, Pietermaritzburgo, 2006, pp. 1-23.

visava “remover quaisquer lealdades regionais entre os iniciados e substituí-las com a lealdade pelo rei”.³⁷

Nesse ponto reencontramos os testemunhos de Socwatsha kaPhaphu. Os ngcobo, situados nas imediações do médio rio Thukela, estavam em uma região disputada por esses centros de poder na virada do século, especialmente pelos *ndwandwe*, liderados por Zwide kaLanga, e pelos zulus, liderados por Shaka; segundo Socwatsha, a comunidade ngongoma era conhecida pela bravura, tendo entrado em conflito com outras chefaturas na região, ao exemplo dos amaQadi, amaCube e amaNsoni:³⁸ referências particularmente importantes, pois são sugestivas de processos políticos baseados em novas configurações de poderes africanos em expansão décadas antes da construção do poder zulu, e uma “percepção de que havia amplos precedentes para a emergência mais recente e dramática do reino governado por Shaka, após assumir a chefatura dos amaZulu em 1817”.³⁹ Das memórias narradas por Socwatsha a James Stuart, principalmente referentes à geração de seu pai, Phaphu, emerge um quadro complexo de relações diversificadas entre o centro de poder zulu e as diversas comunidades nas imediações, muitas das quais, ao exemplo dos ngcobo, forçadas pelos zulus ao deslocamento rumo ao sul do rio Thukela – dessa forma, em uma entrevista registrada em janeiro de 1900, Socwatsha assegura a Stuart que “os mais velhos ressentem pelos seus chefes terem sido mortos pelos zulus, isto é, nós, o povo ngcobo”. Contudo, e marcando uma distinção geracional, afirma que “esse sentimento está agora se dispersando em consequência de Dinuzulu [o filho e herdeiro de Cetshwayo] [...]. A geração mais jovem se refere a Dinuzulu como seu rei”.⁴⁰

37 Innocent Pikirayi e Renier van der Merwe, “The organisation and layout of Zulu military homesteads (amakhanda)”, *Azania: Archaeological Research in Africa*, v. 54, n. 1 (2019), pp. 75-93 .

38 Stuart, “Socwatsha kaPapu”, p. 135.

39 Elizabeth Eldredge, *The Creation of the Zulu Kingdom: 1815-1828. War, Shaka and the Consolidation of Power*, Cambridge: Cambridge University Press, 2014, p. 29.

40 Stuart, “Socwatsha kaPapu”, p. 5. A respeito dos conflitos geracionais entre populações falantes de isiZulu e outras comunidades nas imediações, no final do século XIX, ver: Benedict Carton, *Blood From Your Children: The Colonial Origins of Generational Conflict in South Africa*, Charlottesville: University Press of Virginia, 2000.

Ao tratar dos eventos das décadas de 1810 a 1830, Socwatsha descreve que as chefias ngcobo envolveram-se nos conflitos entre os *ndwandwe* e os zulus. Em consequência das disputas, vários chefes ngcobo foram executados por Shaka, entre eles, Mafongosi, que havia sucedido Bhofungana à frente da comunidade ngongoma, e Tondoloz kaTayi, chefe da comunidade emaLangeni. Sabe-se também que o chefe principal dos ngcobo, Sihayo, da comunidade abakwaNyuswa, desafiou a autoridade de Shaka, capturando gado exigido pelo *inkosi* em tributo e mantendo seus próprios regimentos *amabutho*; como resultado, foi perseguido e executado por Shaka.⁴¹ Nas palavras de Socwatsha, registradas por James Stuart, as lideranças ngcobo tentaram, após a morte de suas principais chefaturas, promover um realinhamento de alianças políticas para contrabalancear a crescente esfera de influência política dos zulus nos tempos de Shaka e de seu meio-irmão e sucessor, Dingane. Sem êxito, tentaram aliar-se a outra liderança ngcobo, Dube kaSilwane, o chefe dos amaQadi, por meio de uma relação de poder designada de *ukukhonza* ou *khonza*, isto é, um aliado voluntariamente subordinado, um vínculo marcado pela reciprocidade das relações de poder:

Não gostaram de se submeter [*konzaing'*, no original] no território zulu. Eles disseram que quando os zulus falavam com eles, diziam “De onde vem essa coisa?”. Outros diziam, “Essa é uma coisa imprestável (*inkengana*)”. Outro dizia: “Esses são amaLala do território ngcobo”. Nossos pais disseram um ao outro: “Vamos fugir. Vamos pegar as crianças de nosso chefe e ir submeter [*konza*] para Dube, que é de nosso povo, os ngcobo”. Ele ainda não tinha sido morto pelo rei, e ainda governava de acordo com o jeito tradicional [...] Naquela época, Dube vivia em eGqalabeni, no [rio] Nsuze. Ele disse “Da minha parte, eu não quero os *amaqiyana* [pessoa traiçoeira ou ladina]; eles

41 Heather Hughes, “Politics and society in Inanda, Natal: the Qadi under Chief Mqhawe, c. 1840-1906”, Tese (Doutorado em História), Universidade de Londres, Londres, 1995, p. 65 ☞.

vão trazer guerra para mim. Eu me submeti [*konza'd*] no território zulu. Porque você resistiu, o seu *izizwe* foi dominado. Eu não quero que vocês venham comigo; vocês vão me trazer problemas (*umkoka*).⁴²

Diante do insucesso da empreitada, muitas linhagens *ngcobo* dispersaram-se ou refugiaram-se sob a autoridade de Zihlandlo kaGcwabe, chefe dos *abakwaMkhize*, o qual, por sua vez, estava vinculado (*khonza*) ao poder zulu, e incumbido por Shaka com uma série de deveres, inclusive a extração de impostos das linhagens dominadas e a supervisão nas expedições de captura de gado.⁴³ Nesse sentido, Socwatsha relembra que:

eles se estabeleceram (*busa*) no território *embo*. Para falar a verdade, todos os chefes que foram destruídos por Tshaka foram submeter [*konza*] no território *embo*, para Zihlandlo kaGcwabe. Eu também conheço o povo *embo* muito bem, pois eles deram proteção aos nossos pais e aos chefes de nosso povo; eles dançaram (*sina*) juntos.⁴⁴

Na narrativa de Socwatsha, esse processo envolveu a dispersão das linhagens *ngcobo* após a morte de seus chefes principais, e a constituição de novos vínculos de fidelidade e dependência (*khonza*) com as forças de Zihlandlo:

Sirayo [o chefe dos *abakwaNyuswa*] foi condenado à morte, enquanto nosso povo (*izwe*) se dividiu e submeteu [*konza'd*] no território *embo* para Zihlandlo kaGcwabe no seu assentamento *Ezimahleni*, “o povo *isimahla* que dorme pelos caminhos da água (*isimahl'esilalanganamanzi*)”, provavelmente porque muitos estavam habituados a dormir apenas após beber água. Tshaka novamente enviou os seus *impi* e condenou

42 Stuart, “Socwatsha kaPapu”, p. 137. Ver também Eldredge, *The Creation of the Zulu Kingdom*, pp. 2-3.

43 Dan Wilye, *Shaka*, Sunnyside: Jacana, 2011, p. 75.

44 Stuart, “Socwatsha kaPapu”, p. 138.

Mafongosi kaBofungana à morte. Ele foi morto porque supostamente estava furioso por Sirayo ter sido morto, pois ele era um *impi* belicoso. Tshaka então matou Tondolozu kaTaye. Todos aqueles que escaparam dos *impi* fugiram e se submeteram a [*konza'd*] Zihlandhlo, no território embo, em Ezimahleni. Tshaka disse que Zihlandhlo era seu *umnawe* e permitiu que ele construísse seu *isigodhlo* (assentamento principal), uma honra negada a muitos outros.⁴⁵

Quanto a Phaphu, seu filho Socwatsha relembra que, após refugiar-se junto a Zihlandhlo, ele foi realocado em uBhadane, um assentamento ocupado por homens de várias idades que Shaka estabelecera nas proximidades do rio Thukela. Alguns anos mais tarde, Phaphu recebeu autorização de Shaka para casar-se e usar o *isicoco* (adereço de cabeça), simbolizando sua entrada na vida adulta. Contudo, por volta da década de 1830, Phaphu juntou-se a outros grupos liderados por Zihlandhlo, em fuga rumo ao sul do rio Thukela, em uma tentativa de escapar da esfera de influência e poder dos zulus. Isso porque, assim como outras linhagens que ocupavam o vale do Thukela, os ngcobo eram categorizados pelos zulus como *amaLala*, portanto, incorporados ao poder zulu de forma periférica, impossibilitados de participar dos prestigiados regimentos *amabutho*, e obrigados a pagar pesados impostos em gado e no trabalho braçal. A situação também se agravou de forma drástica a partir de 1828, quando Shaka foi assassinado por uma conspiração organizada por seus irmãos Dingane e Mhlangana. Os sucessores de Shaka, em especial seu meio-irmão Dingane, passaram a perseguir chefias e linhagens que haviam prestado, de alguma forma, fidelidade a Shaka: assim, tudo indica que Zihlandhlo foi condenado à morte por Dingane, e os grupos vinculados à sua chefatura, tais como os ngcobo, foram perseguidos e optaram pelo deslocamento rumo ao sul do rio Thukela.⁴⁶

45 Stuart, “Socwatsha kaPapu”, p. 4.

46 Wright, “Socwatsha kaPhaphu, James Stuart, and Their Conversations on the Past, 1897–1922”, p. 147.

Mais tarde, na segunda metade da década de 1830, Phaphu associou-se aos bôeres *trekkers*, os descendentes de alemães, holandeses e franceses que haviam migrado da Colônia do Cabo rumo ao interior do subcontinente sul-africano, invadindo, principalmente, os territórios zulus.⁴⁷ Nos conflitos entre os bôeres e as forças de Dingane entre 1836 e 1838, Phaphu aliou-se aos “*amaBunu*” (bôeres) em uma relação categorizada por Socwatsha como “*khonza*”: os *ngcobo* “buscaram refúgio com Zihlandhlo [...]. Eles partiram novamente depois de Dingana matar Zihlandhlo. Depois da morte de Zihlandhlo, eles foram salvos pelo conflito de Dingana com os bôeres. O caminho para Porto Natal estava aberto; e eles se aliaram (*konza*) aos bôeres”.⁴⁸ Assim, longe de observar os novos poderes coloniais na região como autoridades absolutas ou inquestionáveis, Socwatsha caracteriza a aproximação dos *ngcobo* com os bôeres como um vínculo de *khonza*, que pressupõe uma aliança embasada na submissão voluntária e na reciprocidade de deveres e direitos. Posteriormente, Phaphu participou de expedições de captura de gado zulu organizadas por comerciantes britânicos que atuavam na região litorânea, em Porto Natal, atuando também a serviço dos bôeres nas funções de pastor e caçador. Nas décadas de 1840-1850, Phaphu estabeleceu-se na região de oZwathini, na recém-fundada Colônia de Natal, onde outras famílias da comunidade *ngongoma* haviam se estabelecido; foi aí, por volta de 1852, que seu filho Socwatsha nasceu.

Dos testemunhos de Socwatsha kaPhaphu emergem os diferentes significados atribuídos às identidades culturais e políticas em construção no processo de expansão dos zulus nas primeiras décadas do século XIX, em especial, as distinções entre as comunidades categorizadas pelos zulus como *amaNtungwa*, “aqueles que vieram do interior [do norte do rio Thukela]”, e que “falamos zulu”,⁴⁹ e portanto incorporados em posição

47 Sobre os *trekkers* e *voortrekkers*, ver: Hermann Giliomee, *The Afrikaners: Biography of a People*, Londres: Hurston & Company, 2011, pp. 130-192.

48 Stuart, “Socwatsha kaPapu”, p. 116.

49 Stuart, “Socwatsha kaPapu”, p. 7, 18.

privilegiada ao crescente poder zulu, inclusive pela participação nos regimentos *amabutho* e nos conselhos de chefes; e os *amaLala*, considerados como marginalizados e em posição periférica, e que “de forma alguma são associados (*hlangene*) com os *abeNguni*, eles são separados (*a wodwa nje*). Eles foram reunidos por Tshaka”.⁵⁰ De acordo com Carolyn Hamilton e John Wright, as expressões “*amaNtungwa*” e “*amaLala*” são importantes para a compreensão das posições políticas e identitárias ocupadas pelas comunidades que passaram à esfera de influência política dos zulus entre as décadas de 1810 e 1820: as primeiras linhagens incorporadas, geograficamente mais próximas dos núcleos zulus, eram consideradas como *amaNtungwa*, cujas chefaturas eram encorajadas a alinhar-se à elite política zulu e adotar, inclusive, as instituições e ancestrais zulus. Nas regiões periféricas do centro de poder zulu, as comunidades “subordinadas nas fases subsequentes do expansionismo zulu” tendiam a ser consideradas como “*outsiders*”⁵¹, e suas chefaturas forçadas a manter uma identidade claramente distinta das linhagens dominantes entre os zulus. Essas comunidades, que incluíam os ngcobo, eram categorizadas como *amaLala*, termo que carregava tradicionalmente uma conotação pejorativa e derogatória, determinando também, como se viu no excerto acima, o insucesso na tentativa de construção de novas alianças políticas.⁵²

Associando fortemente o termo às comunidades “*amaNtungwa*”, Socwatsha refere-se também aos “*abaNguni*” ou “*abeNguni*”, “o povo que

50 Stuart, “Socwatsha kaPapu”, p. 18.

51 Carolyn Hamilton e John Wright, “The Making of the AmaLala: Ethnicity, Ideology and Relations of Subordination in a Precolonial Context”, *South African Historical Journal*, v. 22, n. 1 (1990), pp. 3-23 .


52 De acordo com Hamilton e Wright, o termo *amaLala* ou *Lala* carregava diversos significados, frequentemente pejorativos. Entre os povos de língua e cultura tswana, o termo *lala* era por vezes associada a figuras sociais destituídas de terras ou gado, ou ainda a indivíduos que exerciam funções de servitude; entre os zulus, a palavra *ilala* era utilizada originalmente para se referir a algo “servil”, sendo também utilizada como uma forma de insulto: “os *amalala* são ‘aqueles que dormem (*ukulala*) com os dedos enfiados no ânus””. Posteriormente, durante a chefatura de Shaka, a expressão foi adotada para se referir a povos tributários dos zulus, incorporados de forma periférica ao núcleo político, e caracterizados pelo uso de dialetos (*tefula/tekeza*). Ver: Hamilton e Wright, “The Making of the AmaLala”, pp. 18-20.

qokot' ulimi, isto é, que não *tefula* [falam dialetos], em outras palavras, falam o zulu puro”.⁵³ Em outra entrevista, Socwatsha ainda afirma que os “*amaNtungwa* e os *abeNguni*” constituem “uma mesma e única classe de povos”, relacionados a uma origem geográfica em comum: “aqueles que vieram do interior”, principalmente do norte do rio Thukela, distinguindo-se fundamentalmente dos grupos categorizados como *amaLala*.⁵⁴ A historiografia recente tem retomado os debates em torno dos diferentes e flutuantes significados atribuídos ao termo *nguni* ao longo do século XIX: de acordo com os testemunhos escritos e orais produzidos no período, a expressão era usada ao sul do rio Thukela para designar os povos *xhosa*, localizados na região oriental da Colônia do Cabo; ao norte do Thukela, sobretudo entre falantes de *isiZulu*, para se referir às linhagens dominantes no poder zulu; entre outros povos, ao exemplo dos *sotho* e *tsonga*, a expressão era utilizada para designar integralmente o povo zulu e, nas últimas décadas do Oitocentos, comunidades que foram incorporadas pelos zulus, ao exemplo dos *abaQwabe*.^{55 56}

Conforme John Wright, os primeiros registros do termo *nguni* datam do século XVI, em registros de naufragos europeus na costa norte do atual território sul-africano.⁵⁷ Assim, tudo indica que o termo *nguni* estava em circulação há muito tempo, sendo adotado pelas chefaturas zulus nas primeiras décadas do século XIX como uma forma de autoidentificação política e autolaudatória, para reforçar sua legitimidade diante de outras linhagens e comunidades: assim, ainda que se identificassem como “aqueles que vieram do interior [do norte do Thukela]”, portanto resultado de migrações internas, as chefaturas zulus também se apresentavam

53 Stuart, “Socwatsha kaPapu”, p. 7.

54 Stuart, “Socwatsha kaPapu”, p. 18.

55 A respeito das discussões historiográficas sobre o termo *nguni*, ver: Henry Allan Fagan, “The wider KwaZulu-Natal Region circa 1700 to the onset of colonialism: a critical essay on sources and historiography”, Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Cidade do Cabo, Cidade do Cabo, 2020 .

56 John Wright, “Politics, Ideology and the Invention of the Nguni” (paper não publicado), Universidade de Witwatersrand, Joanesburgo, 1983, p. 5.

57 Wright, “Politics, Ideology and the Invention of the Nguni”, p. 5.

como *abeNguni* para demarcar sua senioridade e primazia histórica. Nessas circunstâncias, “nguni era uma designação que se prestava a uma apropriação por grupos dominantes politicamente relacionados, e por comunidades recém-formadas, que buscavam estabelecer uma identidade corporativa para si”.⁵⁸ No entanto, no final do século, com o avanço do colonialismo e a desestruturação das formas ancestrais de poder e política, outras chefaturas passaram a adotar a expressão para “preservar sua posição nas suas comunidades, e esforçando-se para encontrar algum nível de segurança para essas comunidades na nova ordem colonial”.⁵⁹ Ao questionar Socwatsha e outros de seus informantes a respeito dos significados do termo “*abeNguni*”, e seu correlato, “*amaNtungwa*”, Stuart estava, muito possivelmente, tentando compreender as suas concepções de identidade cultural e autoridade política, bem como suas transformações como resultado do contato com a política colonial.

Outro fator que desponta das narrativas de Socwatsha refere-se ao que ficou registrado na memória dos depoentes de James Stuart como *madhlatule*, um período de fome e secas prolongadas entre 1794 e 1802. No relato de Socwatsha, a *madhlatule* teria promovido um cenário de profundas transformações sociais, levando diversas comunidades a “se transformarem em ladrões (*izigwelegcwele*)” ou entrarem em disputas pelo controle dos recursos naturais, principalmente do gado: “o proprietário do gado temia que por haver um grande número de pessoas, eles viriam roubá-lo. Ele comeria a carne com seu povo até apodrecer. Ele comeria até mesmo se tivessem vermes nele”.⁶⁰ A historiografia tem recentemente revisitado as narrativas referentes à *madhlatule*, apontando o período prolongado de estiagem como um fator de intensificação dos conflitos entre as chefaturas na disputa pela sobrevivência material. Principalmente na região ao sul de Moçambique, a seca teria causado a desestabilização de antigos centros de poder (ao exemplo do poder rozvi, no planalto

58 Santos, “Lança presa ao chão”, p. 58.

59 Wright, “Politics, Ideology and the Invention of the Nguni”, p. 24.

60 Stuart, “Socwatsha kaPapu”, p. 125-126.

zimbabuano) e o surgimento de novas linhagens dominantes entre os nguni ao sul em disputas pelo acesso a recursos materiais, especialmente recursos hídricos, terras para agricultura ou pastagem, e atividades de caça.⁶¹

De acordo com Elizabeth Eldredge, existem evidências de que os primeiros conflitos envolvendo os mthethwa e os zulus estavam relacionados à disputa por terras aráveis face ao prolongado período de estiagem. Algumas chefaturas, como os ndwandwe, liderados por Zwide, e os ngwane, liderados por Sobhuza, expandiram e consolidaram seus poderes nas margens do rio Pongola, e é possível que os conflitos em que se envolveram também estivessem vinculados ao controle das terras férteis para agricultura. Ademais, o uso intensivo das terras férteis para cultivo envolvia a mobilização de uma quantidade significativa de mão de obra, provocando disputas, entre as chefaturas, pelo controle das comunidades na região:⁶² Embora a historiografia colonial sul-africana tenha caracterizado esse período como uma época de "guerras de extermínio",⁶³ o processo de construção do poder zulu, como se pode perceber nos testemunhos coletados por James Stuart, não era baseado na aniquilação das linhagens dominadas, e sim na incorporação dessas populações, principalmente mulheres, tradicionalmente associadas ao trabalho no campo entre as sociedades nguni.⁶⁴

Assim, como se depreende, as conversações entre James Stuart e Socwatscha kaPhaphu eram marcadas pelo entrelaçamento de experiências que variavam de acordo com as circunstâncias sociais e políticas de seus

61 Malyn Newitt, *A History of Mozambique*, Bloomington: Indiana University Press, 1995, p. 160.


62 Elizabeth Eldredge, "Sources of Conflict in Southern Africa, C. 1800-30: The 'Mfecane' Reconsidered", *The Journal of African History*, v. 33, n. 1 (1992), pp. 1-35 [DOI](#).

63 Jürg Emil Richner, "The historiographical development of the concept mfecane and the writing of early Southern African history (1820-1920)", Dissertação (Mestrado em História), Rhodes University, Grahamstown, 2005 [DOI](#); Evander Ruthieri Silva, "Entre azagaias, carroças e espingardas: a escrita do passado sul-africano em George McCall Theal (1837-1919)", *História da Historiografia*, v. 12, n. 31 (2019), pp. 268-302 [DOI](#).

64 Anne McClintock, *Couro imperial: raça sexualidade e gênero no embate colonial*, Campinas: Unicamp, 2010, p. 372.

testemunhos. Da parte do administrador colonial, havia, principalmente nas primeiras entrevistas registradas, amplo interesse nas histórias concernentes à construção e expansão do poder zulu nas primeiras décadas do século XIX, sobretudo as relações estabelecidas entre a linhagem dominante e as comunidades incorporadas direta ou indiretamente por Shaka e seus sucessores. Posteriormente, outras informações despontam dos questionamentos levantados por Stuart ao seu informante, ao exemplo das genealogias de chefes zulus e de outros povos nas imediações, tais como os ngcobo e os impactos da *madhlatlule*. A quantidade expressiva de questionamentos registrados por Stuart na documentação também indica um esforço, pelo administrador colonial, em direcionar os temas e assuntos debatidos com Socwatsha, talvez até uma tentativa de “enquadrar”⁶⁵ a memória a respeito da consolidação do poder zulu, guiando-se por uma preocupação de “manter as fronteiras sociais” constituídas pelo colonialismo, reinterpretando “incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro”.⁶⁶

Da parte de Socwatsha, seu testemunho conecta-se às experiências históricas e memórias das comunidades ngcobo e de sua relação com os zulus, observando, portanto, a construção do centro de poder zulu em uma perspectiva processual: assim como alguns de seus contemporâneos, Socwatsha nutria ressentimentos com os zulus por terem perseguido e executado chefias ngcobo no passado, categorizando a geração precedente como *amaLala*, ou levando-as a migrar para o sul do rio Thukela, mesmo que identificando a legitimidade da chefatura de Dinuzulu como muitos da “geração mais jovem”.⁶⁷ Além do processo de consolidação do poder zulu nas primeiras décadas do Oitocentos, os relatos de Socwatsha também possibilitam vislumbrar as diferentes alianças políticas e identidades culturais constituídas ou reconstituídas diante das transformações

65 Michel Pollak, “Memória, esquecimento, silêncio”, *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 3 (1989), pp. 3-15 .

66 Pollak, “Memória, Esquecimento, Silêncio”, pp. 9-10.

67 Wright, “Socwatsha kaPhaphu, James Stuart, and Their Conversations on the Past”, p. 153.

geradas naquele contexto. Por esse motivo, evidencia-se, nos seus relatos, uma dimensão coletiva das formas de lembrar o passado, reconstituindo-o com relação à experiência social do grupo, nesse caso, das comunidades ncgobo, estabelecendo também, como se viu, cá e acolá, distinções geracionais entre os “mais velhos” e a “geração mais jovem”.

Baleka Mpitikazi e a saga dos qwabe

Como se pode observar pelas entrevistas registradas por James Stuart, as memórias de seus narradores são constituídas a partir de uma vasta teia de relações com suas comunidades e linhagens, afinal “a memória do indivíduo” depende constantemente das suas relações sociais e experiências coletivas.⁶⁸ Dessa forma, ao considerar-se a memória como uma forma de reminiscência do passado em constante processo de reelaboração e reconstituição, tanto no momento presente quanto na capacidade de armazenar informações vivenciadas e acumuladas ao longo do tempo,⁶⁹ também se demarca a memória como um fenômeno construído na negociação entre o fio da individualidade e a tapeçaria da sociedade: conforme afirma Joel Candau, trata-se de “uma representação, uma forma de metamemória, quer dizer, um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo”.⁷⁰ Esse processo de “reconstrução continuamente atualizada do passado”⁷¹ pode ser observado nos testemunhos de Baleka kaMpitikazi.

Em julho de 1919, James Stuart registrou uma série de entrevistas com Baleka kaMpitikazi, uma mulher de origem qwabe e idade estimada em 63 anos. Acompanhada por sua irmã, Nomsolo, Baleka relatou

68 Ecléa Bosi, *Memória e sociedade: lembrança de velhos*, São Paulo: Companhia das Letras, 2016, pp. 54-55.

69 Maurice Halbwachs, *A memória coletiva*, São Paulo: Centauro, 2003.

70 Joel Candau, *Memória e identidade*, São Paulo: Contexto, 2018, p. 24.

71 Candau, *Memória e identidade*, p. 9.

episódios que envolviam as relações entre sua família e a consolidação do centro de poder zulu nas primeiras décadas do século XIX. Entre outros aspectos, os relatos de Baleka concentravam-se nas experiências de seu pai, Mpitikazi, um homem qwabe que descendia, pela via materna, da comunidade eLangeni, um conjunto de linhagens que, até o início do século XIX, permanecia na esfera de influência política dos mthethwa e, mais tarde, foram dominados pelos zulus. Assim, ao recontar as histórias de sua família, Baleka também estabelece conexões circunstanciadas com os processos históricos de expansão e consolidação do poder zulu, observando-os à luz das transformações sociais e políticas que marcaram a Zululândia e a região de Natal ao longo do século XIX e que afetaram diretamente as comunidades qwabe.

De acordo com Carolyn Hamilton, na segunda metade do século XVIII, os qwabe (ou abaQwabe) formavam um conjunto de chefaturas na região de confluência entre os rios Mhlathuze e Thukela, próximo da costa índica, e estavam em processo de expansão da sua esfera de influência política.⁷² Diferentemente dos ndwandwe e dos mthethwa, cuja expansão era motivada por interesses econômicos, principalmente a busca por marfim e por gado bovino, a expansão qwabe tinha um caráter defensivo, buscando incorporar outras linhagens na defesa contra as chefaturas ndwandwe e mthethwa. Porém, nas últimas décadas do século XVIII e na primeira década do século XIX, membros da linhagem dominante alegavam senioridade e disputavam internamente o poder qwabe, o que teria enfraquecido e fragmentado as suas bases político-militares, causando deslocamentos internos e dissensões entre seus principais chefes: Phakathwayo e Nomo. O período coincidiu com conflitos entre os qwabe e os mthethwa⁷³ e, mais tarde, o avanço dos zulus sobre o território qwabe, o qual foi, muito provavelmente, motivado pela sua localização estratégica, nas imediações

72 Carolyn Hamilton, "Ideology, Oral Tradition and the Struggle for Power in the Early Zulu Kingdom", Dissertação (Mestrado), Universidade de Witwatersrand, Joanesburgo, 1985, pp. 152-207.

73 Eldredge, *The Creation of the Zulu Kingdom*, pp. 34-35.

das chefaturas Ndwandwe, que rivalizavam com os zulus, e também por necessidades materiais decorrentes do período prolongado de estiagem. Afinal, a região habitada pelas comunidades qwabe, nas imediações das colinas Ngoye, era fértil e rica em produção de cereais, diferentemente das áreas ocupadas pelos zulus, nas imediações do rio Mfolozi, pouco favoráveis à agricultura.

Os conflitos entre zulus e qwabe intensificaram-se na segunda metade da década de 1810, resultando na captura e na execução do principal chefe dos qwabe, Phakathwayo. Shaka então estabeleceu Nqeto, meio-irmão exilado de Phakathwayo, como *inkosi* dos qwabe, refletindo uma estratégia adotada pelos zulus no processo de consolidação de seu poder, isto é, estabelecendo nas chefias membros secundários das linhagens dominantes, porém aliados aos zulus. Nqeto, designado por Shaka como herdeiro e sucessor, portanto devia fidelidade aos zulus (por meio de uma relação de *khonza*), além de viver no assentamento principal de Shaka, Dukuza. Após a vitória sobre os qwabe, Shaka passou a incorporá-los em seus domínios, disseminando instituições zulus, como o sistema *amabutho*, e recrutando guerreiros qwabe para seus regimentos. A incorporação dos qwabe ao poder zulu envolveu não apenas a reestruturação dos vínculos políticos, mas também a reconstrução de elementos identitários e de ancestralidade: foi a partir daí que, como parte das estratégias de incorporação e assimilação de outras chefias pelos zulus, os qwabe passaram a ser considerados como descendentes de um ancestral em comum com os zulus, o chefe Malandela. Dessa forma, as genealogias dos chefes e o “mito de origem” dos qwabe teriam sido reelaborados no período de Shaka para sedimentar a sua incorporação identitária à esfera de influência dos zulus: o próprio testemunho de Baleka apresenta uma genealogia de chefaturas que remete o ancestral qwabe, fundador de sua comunidade, ao chefe Malandela.⁷⁴

74 James Stuart, “Baleka ka Mpitikazi” in Colin de Berri Webb e John Wright (orgs.), *The James Stuart Archive of recorded oral evidence relating to the history of the zulu and neighbouring peoples*, v. 1 (Pietermaritzburgo: Editora da Universidade de KwaZulu; Durban: Killie Campbell Africana Library, 1976), p. 4.

O processo de incorporação dos qwabe ao poder zulu foi acompanhado por resistências e fugas de diversas linhagens qwabe, que, após 1818, buscaram refugiar-se junto a outros poderes rivais na região, ao exemplo dos ndwandwe. A despeito de incluir alguns proeminentes guerreiros qwabe em postos de lideranças, a tradição oral informa que Shaka passou a adotar medidas mais autoritárias e repressivas contra os qwabe: um dos entrevistados de James Stuart, um homem chamado Baleni kaSilwana, afirmou, em maio de 1914, que Shaka “disse que o povo qwabe deveria ser morto porque gostava de provocar conflitos”.⁷⁵ Essa situação intensificou-se a partir de 1824, quando um atentado contra Shaka foi atribuído aos qwabe; o incidente foi utilizado como pretexto para promover a perseguição e a execução de diversos qwabe, inclusive grupos que haviam se submetido à autoridade zulu.⁷⁶ Após o assassinato de Shaka kaSenzangakhona em 1828, parte dos qwabe, liderados por Nqeto, dispersou-se, possivelmente em fuga do novo *inkosi* zulu, Dingane, o qual passou a perseguir chefaturas que prestaram fidelidade ao seu predecessor. Dessa forma, segundo Hamilton, muitos qwabe migraram para o sul do rio Thukela, onde suas linhagens foram se fragmentando e se dispersando, algumas delas eventualmente aliando-se ou submetendo-se (*khonza*) à autoridade de outras chefaturas, ao exemplo dos amaMpondo.

Das memórias narradas por Baleka, emerge uma série de informações referentes à sua família e, principalmente, ao seu pai, Mpitikazi: “meu pai era um *imbongi* dos chefes. Ele recitava os poemas de aclamação de Ngoza kaLudaba”. A função também foi transmitida ao irmão, Mamfumfuta, o qual “seguiu meu pai em ser um bom *imbongi*. Ele recita as aclamações dos chefes qwabe muito bem”, e, segundo as anotações de Stuart, a própria Baleka conhecia os “*izibongo* de seu avô

75 James Stuart, “Baleni ka Silwana” in Colin de Berri Webb e John Wright (orgs.), *The James Stuart Archive of recorded oral evidence relating to the history of the zulu and neighbouring peoples*, v. 1 (Pietermaritzburgo: Editora da Universidade de KwaZulu; Durban: Killie Campbell Africana Library, 1976), p. 16.

76 Eldredge, *The Creation of the Zulu Kingdom*, pp. 148-149.

Nsila e de seu bisavô Kanyile”.⁷⁷ Dessa forma, depreende-se que seu pai e irmão ocupavam um lugar de prestígio sociocultural: afinal, tratava-se de *izibongi*, os “poetas” responsáveis pela transmissão oral dos *izibongo*, que contavam as sagas das lideranças políticas do presente e do passado. Por meio de performances poéticas e musicais, os *izibongi* atuavam como “intelectuais públicos”, expressando, pela oralidade, as visões de mundo das elites políticas e, simultaneamente, manifestando as insatisfações do povo com seus chefes. As performances dos *izibongi* expressavam “momentos de complexa e intensa contestação historiográfica, notavelmente concentrando-se, entre outros temas, nas disputas sucessórias ou nas crises políticas”.⁷⁸ Pode-se considerar, portanto, que Baleka e sua família estavam envolvidos com a produção de discursos públicos e com a transmissão intergeracional da memória coletiva, especialmente em relatos poéticos sobre chefaturas no passado. Ao fornecer seu testemunho a James Stuart, Baleka estava apenas dando continuidade a práticas culturais mais antigas e consolidadas voltadas à reconstrução e atualização do passado pela memória, em especial, as “discussões sobre o passado” direcionadas a “promover interesses do tempo presente [...]. E quando se tornou claro no período colonial que a palavra escrita era o que realmente importava para as autoridades, então se tornou importante deslocar-se aos novos centros de poder para que a palavra falada fosse registrada por escrito”.⁷⁹

Além disso, é significativa a referência a Ngoza kaLudaba, um homem possivelmente de origem amaCube, que, após lutar nos regimentos zulus de Shaka e Dingane na década de 1820 e 1830, migrou para a Colônia de Natal, onde foi instaurado no poder de uma chefatura estabelecida pelos administradores coloniais, na região do vale Mngeni, na segunda metade da


77 Stuart, “Baleka ka Mpitikazi”, p. 8, 10. Na língua isiZulu, o termo “*izibongo*” pode ser utilizado tanto para se referir à denominação de uma linhagem, como também para designar os “poemas de aclamação”. Ver: Ndlovu, *African Perspectives on King Dingane kaSenzangakhona*.


78 Ndlovu, *African Perspectives on King Dingane kaSenzangakhona*, p. 37.

79 Wright, “Thununu kaNonjiya Gcabashe visits James Stuart in the big smoke to talk about history”, p. 8.

década de 1840.⁸⁰ Ngoza, na condição de *iziphakanyiswa* (isto é, um chefe designado pelo governo colonial em um sistema de governo indireto), foi incumbido com a responsabilidade de abrigar grupos refugiados dos zulus que atravessaram a fronteira rumo à Colônia de Natal, especialmente no contexto da guerra civil que opôs Cetshwayo a seu meio-irmão Mbuyazi em 1856, em disputa pelo direito à chefatura.⁸¹ O próprio nome de Baleka (de *ukubaleka*, isto é, “fugir”) está vinculado ao contexto de seu nascimento, na época da guerra civil, quando diversos grupos aliados a Mbuyazi fugiram das imediações do poder zulu.⁸² Por esse motivo, tudo indica que sua família pertencia aos grupos qwabe que permaneceram em território zulu até meados da década de 1850, que adotaram a ancestralidade zulu (considerando-se descendentes de Malandela) e que apoiaram a causa de Mbuyazi, fugindo para Natal em decorrência da derrota do rival de Cetshwayo na batalha de Ndongakusuka em 1856. Essas circunstâncias auxiliariam a compreender alguns dos posicionamentos adotados por Baleka em seus relatos acerca da trajetória paterna: por um lado, um forte ressentimento quanto à perseguição promovida por Shaka e Dingane contra os qwabe; por outro lado, um alinhamento político com o chefe Mbuyazi na disputa pelo poder zulu no decênio de 1850.

Além do mais, é preciso lembrar que, embora qwabe de nascimento, Mpitikazi também descendia do povo eLangeni pela via materna. Assim, Mpitikazi alegava parentesco com Shaka, cuja mãe, Nandi, também era uma eLangeni: “a mãe de meu pai veio do povo langeni. Ela era a filha de Kokela, irmão do chefe Mbengi. A mãe de Tshaka era portanto sobrinha de Kokela. Mgabi era o chefe, filho de Mbengi. Makedama [o chefe dos eLangeni na época de Shaka] era o filho de Mgabi”.⁸³ A partir dessas circunstâncias, Baleka

80 Jeff Guy, “A Paralysis of Perspective”: Image and Text in the Creation of an African Chief, *South African Historical Journal*, v. 47, n. 1, 2002, pp. 51-74 .

81 Ingrid Machin, “The Levying of Forced African Labour and Military Service by the Colonial State of Natal”, Tese (Doutorado em História), Universidade de KwaZulu-Natal, Pietermaritzburg, 1995, pp. 156-157 .

82 Hamilton, *Terrific Majesty*, p. 65.

83 Stuart, “Baleka ka Mpitikazi”, p. 4.

relatou a James Stuart as condições referentes ao nascimento e infância de Shaka: “Nandi teve Shaka fora do casamento. Shaka era, portanto, ilegítimo. Meu pai me contou isso”. Baleka também relatou que o casamento de Nandi com Senzangakhona, o chefe zulu e pai de Shaka, só teria ocorrido posteriormente ao nascimento, porém, afirma não saber se o “*lobolo* foi dado a ela”, lançando dúvidas à legitimidade da união.⁸⁴

Na perspectiva de Baleka, a ascensão do centro de poder zulu estava diretamente relacionada à trajetória de Shaka, responsabilizando-o por uma onda de violência excepcional, que resultou na derrota e dominação de diversas chefaturas, incluindo os qwabe. Ainda que reconheça e mencione a presença dos centros de poder ndwandwe e mthethwa nos novos alinhamentos de poder vivenciados pela geração de seu pai, o testemunho de Baleka – e, por extensão, o modo como James Stuart registrou a narrativa de Baleka, enquadrando a sua memória – enfatiza o papel guerreiro de Shaka e dos zulus como força motriz nas transformações sociais e políticas que afetaram a região entre os rios Thukela, Mfolozi e Phongolo nas primeiras décadas do século XIX:

Ele eventualmente se tornou um *insizwa* [jovem homem]. Quando ele se tornou um *insizwa*, ele foi aos mthethwa, e se tornou um grande guerreiro. Dingiswayo, o chefe mthethwa, tornou-o num *induna* [comandante], e ele se transformou em um comandante do exército mthethwa. Ele então voltou ao seu povo. Quando ele chegou ao seu povo, seu pai havia morrido. Ele então começou a fazer guerra. Ele começou com Macingwane, o chefe dos cunu, chamando-o de “aquele que atormentou meu pai”, pois a nação de Senzangakona era pequena. Após isso, ele atacou Pungatshe, chefe dos butelezi, e também atacou outros chefes. Então Dingiswayo foi morto pelos ndwandwe. Tshaka começou a atacar

84 Stuart, “Baleka ka Mpitikazi”, p. 5. Em diversas sociedades no sul da África, *lobolo* ou *ilobolo* refere-se ao dote pago à família da noiva pela família do noivo, geralmente em cabeças de gado; o pagamento do *lobolo* também estabelecia a legitimidade dos filhos nascidos na união, vinculando-os à linhagem paterna.

os ndwandwe, pois eles haviam matado dos mthethwa. Os ndwandwe foram derrotados por Tshaka [...]. Ele então atacou todas as pessoas, conquistando-as. Tshaka fez muitas coisas ruins às pessoas [...] e três de nossos [chefes] qwabe, Matshongwe, Nhlanganiso, and Mpezulu, tiveram seus olhos arrancados por ele enquanto estavam vivos.⁸⁵

Nesse ponto, é preciso considerar que a historiografia colonial produzida nas últimas décadas do século XIX passou a concentrar-se no centro de poder zulu como responsável pelas “guerras de extermínio” que, supostamente, teriam assolado a região entre as décadas de 1810 a 1820, forçando diversas comunidades a migrar para longe da esfera de influência zulu, situação que teria gerado um esvaziamento territorial a ser ocupado pelo colonato branco nos decênios seguintes. De acordo com Emil Richner, James Stuart contribuiu para essa narrativa “zulucêntrica” acerca das transformações sociopolíticas do início do século XIX, enfatizando o papel de Shaka no processo de construção de novos alinhamentos de poder.⁸⁶ Stuart considerava-o, em suas palavras, como o “centro da tempestade da África do Sul”, responsável por causar “três ou quatro desses terríveis êxodos”, que “esvaziaram Natal e outros territórios adjacentes [...]. O território foi transformado em um deserto uivante, repleto de leões, hienas e lobos”, e as populações remanescentes “convertidas em canibais arditos e vorazes”.⁸⁷ Mesmo que muitos desses elementos não se façam presentes no relato de Baleka, testemunhos como esse possibilitam perceber as raízes africanas dessa perspectiva, na medida em que as narrativas que descreviam Shaka como um *inkosi* violento e tirânico também foram elaboradas a partir da memória de indivíduos vinculados a linhagens e chefaturas rivais, ou forçadas ao deslocamento rumo ao sul do Thukela, e mais tarde ao território colonial de Natal, a exemplo das comunidades qwabe.

85 Stuart, “Baleka ka Mpitikazi”, p. 5.

86 Richner, “The historiographical development of the concept mfecane”, pp. 151-152.

87 James Stuart, *A history of the Zulu rebellion, 1906: and of Dinuzulu's arrest, trial and expatriation*, Londres: Macmillan, 1913, pp. 2-8.

Quanto a Mpitikazi, Baleka forneceu um longo relato acerca de sua fuga e incorporação ao poder zulu, circunstância mediada por sua vinculação familiar às comunidades eLangeni:

Ele perseguiu meu pai Mpitikazi pois ele falou ao povo langeni, da casa de sua mãe, para fugir, pois Tshaka estava vindo matá-los. Tshaka ouviu do povo que Mpitikazi fez isso, levando os langeni a fugir. Ele enviou um *impi* [regimento] para matar meu pai. Mpitikazi já sabia que o rei estava vindo matá-lo, então ele fugiu. Mas não havia lugar para fugir. [...] Ele comeu sujeira do rio, pois ele não mais conhecia alimento. Ele dormiu nas florestas. Ele então foi ao assentamento de Mbopa ka Sitayi [...]. Então ele foi enviado por Sitayi para encontrar o rei por conta própria. E então ele foi, pois ele havia sido encontrado, e tinha medo de negar. Ele viu que não havia mais nenhuma ajuda, pois Sitayi iria matá-lo. “Se eu me negar, se eu disser que não vou ao rei, ele diz que vai me matar”. E então ele foi, viajando sozinho. Ele não partiu com a crença de que retornaria; ele simplesmente foi sabendo que iria morrer. [...] Ele avançou, relutantemente e mancando, até a parte mais alta do assentamento; os *izinduna* [comandantes guerreiros] estavam sentados na parte de dentro. Tshaka saiu de sua palhota. Ele disse “Eu acho que conheço essa pessoa, meus zulus. Veja esse camarada de pele vermelha; eu diria que é Mpitikazi”. Então sua mãe, Nandi, saiu. Recitando os elogios poéticos a Tshaka, ela disse a ele: “Com certeza você não irá matar Mpitikazi? Por que você deveria matar Mpitikazi, ele que é apenas um cão?” [...] Essa é a história da fuga de Mpitikazi. Ele sobreviveu porque Nandi era a irmã de sua mãe. Ele foi salvo por causa disso. Não havia para onde fugir.⁸⁸

A narrativa de Baleka acerca da fuga de seu pai encerra-se com um desfecho que pode ter sido comum a diversos homens da geração de Mpitikazi, que viveram no período de expansão e consolidação do poder

88 Stuart, “Baleka ka Mpitikazi”, pp. 6-7.

zulu: sua incorporação em regimentos *amabutho*, no caso, no regimento Fasimba, composto por guerreiros de aproximadamente vinte anos de idade e comandado por Nombanga kaNgidhli.⁸⁹ Esse período, entre 1824 e 1827, marcou a consolidação da autoridade de Shaka, o qual buscou expandir sua esfera de influência por meio de campanhas militares, principalmente rumo ao sudoeste, em território amaMpondo e, mais tarde, contra chefaturas ndwandwe e ngwane. De acordo com Baleka, seu pai envolveu-se na campanha contra os amaMpondo, preservada na memória como a “campanha *amabece*”: os regimentos de Shaka, enfrentando a carestia de alimentos durante a incursão militar, foram forçados a comer melões (*amabece*), antes de efetivamente derrotar as forças mpondo. Ainda segundo o testemunho de Baleka, seu pai participou, em 1828, da chamada “campanha [do rio] Balule”, composta por expedições, sem êxito, de guerreiros zulus rumo à Baía de Maputo, contra as forças de Manicusse (ou Soshangane), o *inkosi* de Gaza, que migrou com seus guerreiros para o sul de Moçambique no contexto dos conflitos entre os zulus e as chefaturas ndwandwe.

A referência à campanha Balule é particularmente evocativa dos eventos políticos que se sucederam e afetaram o centro de poder zulu em meados de 1828, afinal, depois de enviar guerreiros que acabavam de regressar de outra ofensiva, incluindo os regimentos de guarda, Shaka, relativamente desprotegido, foi assassinado em uma conspiração promovida por seus irmãos, Dingane e Mhlangana. Simbolicamente, a narrativa da campanha Balule incorpora referências ao “*umdhelebe*”, uma espécie de árvore venenosa, conhecida cientificamente como *Synadenium arborescens*, e “que se acreditava capaz de induzir à morte a partir do contato com suas folhas, mas, sobretudo, um modo de marcar a insalubridade do território em que os guerreiros de Shaka lutavam, como um mau presságio dos riscos em curso”.⁹⁰ Segundo Baleka, Mpitikazi “foi um daqueles que entrou na floresta mencionada acima contendo *umdhelebe*”; “os regimentos de guerreiros [...] aspiraram o

89 Stuart, “Baleka ka Mpitikazi”, p. 11.

90 Santos, “Lança presa ao chão”, p. 139.

aroma do *umdhelebe*; eles tiveram terríveis dores de cabeça, vomitaram sangue e morreram”.⁹¹ Dessa forma, ao mesmo tempo em que relata o processo de construção do poder zulu, Baleka também retoma a campanha de 1828 como um sinônimo da ruína de Shaka, associando o infortúnio de seus guerreiros em campanha contra Manicusse ao assassinato do *inkosi*.

Do relato de Baleka emerge uma representação altamente derogatória da figura de Shaka, descrito como uma figura tirânica e arbitrária, mesmo que competente no que se refere ao processo de consolidação do poder zulu. Essa caracterização do *inkosi* zulu encontra-se atrelada à trajetória do principal informante de Baleka, seu pai Mpitikazi, forçado a fugir e se submeter à autoridade zulu na década de 1820. Além do mais, a memória de Baleka é marcada pelas relações conflituosas entre o centro de poder zulu e as linhagens qwabe, muitas das quais partiram em fuga para o sudoeste, refugiando-se ou aliando-se a outros centros de poder, como os amaMpondo. Simultaneamente, os relatos de Baleka permitem perceber as trajetórias de comunidades que, tais como sua família paterna, foram incorporados ao poder zulu, especialmente nos regimentos *amabutho*, e que participaram de campanhas associadas ao processo de expansão zulu nos anos de 1820. As menções de Baleka às campanhas “*amabece*” e “*Balule*” revestem-se de importância simbólica, pois enfatizam, por um lado, a capacidade de mobilização militar dos *amabutho* zulus e, por outro lado, os contextos de incertezas políticas que marcaram o período da morte de Shaka, relacionado aqui ao aniquilamento de seus guerreiros na campanha “*Balule*” e no contato com o “*umdhelebe*”, e a passagem do poder ao seu irmão, Dingane.

Considerações finais

Embora parte da burocracia colonial instaurada pela administração da Colônia de Natal e da Zululândia, James Stuart recorreu, frequentemente,

91 Stuart, “Baleka ka Mpitikazi”, pp. 6-8.

ao registro das narrativas de testemunhos falantes de isiZulu, com o objetivo de compreender os processos que geraram novos alinhamentos de poder político nas primeiras décadas do século XIX, em especial, a construção do centro de poder zulu na época de Shaka e Dingane. Dessa forma, ao produzir uma documentação gerada nas “zonas de contato” promovidas pelo colonialismo, na intenção de gestar formas mais eficazes de política de tratamento e controle da população nativa, Stuart também registrou, por escrito, as memórias e histórias de comunidades e linhagens que, de uma forma ou de outra, envolveram-se nas transformações históricas que afetaram o sul da África naquele contexto histórico. Mesmo que partindo de uma perspectiva “zulucêntrica”, isto é, que atribuía aos zulus a responsabilidade pelas reconfigurações políticas nos primeiros decênios do século XIX, Stuart recorreu às lembranças de indivíduos vinculados a outras comunidades que buscaram constituir novos vínculos de poder e estratégias política face à expansão e consolidação do centro de poder zulu.

No caso de Socwatsha kaPhaphu, um dos principais informantes de James Stuart em seu empreendimento intelectual, o destaque recai sobre as diferentes táticas promovidas pelas comunidades ngcobo para contrabalancear a expansão de outros centros de poder nas suas imediações, ao exemplo dos Mthethwa, dos Ndwandwe e, mais tarde, dos zulus, sobretudo por meio do estabelecimento de alianças e submissões voluntárias baseadas na reciprocidade das relações (*khonza*). Ademais, ao ser questionado por Stuart, Socwatsha também forneceu chaves explicativas para as diferentes formas de identificação política e cultural promovidas pela expansão do poder zulu, mormente as distinções entre grupos categorizados como “*abeNguni*” ou “*amaNtungwa*”, incorporados em posição privilegiada nas redes de poder que se centravam na linhagem dominante, e os “*amaLala*”, que, ao exemplo dos ngcobo, era mantidos em posição periférica e impossibilitados de participar de forma mais ativa nas instituições políticas centradas no poder zulu.

Os relatos de Baleka kaMpitikazi, por sua vez, encontram-se atrelados às experiências históricas das comunidades qwabe que, ao longo

do século XIX, estabeleceram relações conflituosas com o centro de poder zulu. Ao relatar a trajetória de seu pai, Mpitikazi, Baleka retoma as experiências dos guerreiros que, entre as décadas de 1820 e 1830, foram incorporados aos regimentos *amabutho* associados às chefaturas zulus. Ademais, ao referenciar as campanhas promovidas pelos zulus entre 1827 e 1828, Baleka relembra o infortúnio dos guerreiros, associando-o às circunstâncias políticas que marcaram a passagem de poder de Shaka a seu meio-irmão, Dingane. Simultaneamente, o testemunho de Baleka evidencia o deslocamento de sua família rumo ao sul do rio Thukela diante de contextos de incertezas e instabilidades que se seguiram à guerra civil nos anos de 1850. Ademais, ao fornecer seus relatos a James Stuart, Baleka possivelmente mobilizava formas de expressão cultural fortemente vinculadas à história de sua família: a oralidade como um caminho para a reconstrução do passado e para a atualização constante da memória individual e coletiva.

Recebido em 28 mar. 2022

Aprovado em 19 set. 2022

doi: 10.9771/aav0i66.48637



O artigo trata dos testemunhos de Socwatsha kaPhaphu e Baleka kaMpitikazi registrados pelo administrador colonial James Stuart, na Colônia de Natal e na Zululândia (atualmente partes da África do Sul) entre as décadas de 1890 e 1920, com ênfase nas memórias referentes à consolidação do centro de poder zulu, no início do século XIX. A documentação analisada pode ser considerada a partir da noção de “zonas de contato” (expressão de Mary Louise Pratt) para demarcar as dimensões interativas dos encontros coloniais, mesmo em discursos construídos com o fito de reforçar distinções entre “colonizadores” e “colonizados”. A despeito do enquadramento da memória promovido por Stuart, comprometido com os meandros da elaboração de políticas coloniais de tratamento à população “nativa”, os testemunhos evidenciam a reelaboração do passado a partir da memória e da oralidade, em especial, os diferentes alinhamentos de poder e estratégias políticas empreendidas por suas comunidades no contexto de expansão do poder zulu.

História da África | África do Sul | Reino zulu

**JAMES STUART'S AFRICAN INFORMANTS:
THE CONSTRUCTION OF THE ZULU KINGDOM IN THE ACCOUNTS
OF SOCWATSHA KAPHAPHU AND BALEKA KAMPITIKAZI
(SOUTH AFRICA, 1890-1920)**

This paper examines the accounts of Socwatsha kaPhaphu and Baleka kaMpitikazi, as registered by colonial administrator James Stuart, in Natal and Zululand (in present-day South Africa) between the 1890s and 1920s, with emphasis on the memories referring to the consolidation of Zulu political power during early 19th century. The documentation is considered through the concept of “contact zones” (as suggested by Mary Louise Pratt), demarcating the interactive dimensions of colonial encounters, including discourses constructed with the goal of reinforcing distinctions between “colonizers” and “colonized”. Although Stuart’s framework for memory is committed to the elaboration of colonial policies for the treatment of the “native” population, the testimonies reveal a re-elaboration of the past based on memory and orality, in particular, the different alignments of power and political strategies undertaken by their communities in facing the expanding Zulu power.

African history | South Africa | Zulu kingdom